

Karen S, COOK. *Trust ill society*. London:
Sage Foundation, 2001. 403 páginas.

José Luiz Ratton Jr.
Jorge Ventura de Moraes

O conceito de *confiança* alcançou, nos últimos vinte e cinco anos, uma posição proeminente na sociologia. Se rastrecannos retrospectivamente a produção sociológica sobre o terna (SZTOMPKA, 1999), podemos identificar como momento de inflexão a seminal obra de Banfield (1958), *The moral basís of backward society*,

Depois de Banfield, inúmeros autores, de orientações teóricas as mais diversas, **vêm** se debruçando sobre o tema. Em 1979, Niklas Luhmann publica *Trnst and power*, apontando para o fato de que a confiança é um recurso fundamental nas sociedades contemporâneas, onde complexidade, incerteza e risco estão interligados. No início da década de 1980, duas contribuições significativas devem ser mencionadas: *The logic and limits of trust*, de Bernard Barber (1983) e *Patrons. clients and friends*, de Samuel Eisenstadt e Louis Roniger (1984). Em 1988, Diego Gambcna edita um dos principais livros sobre o **tema**: *Trust: making and breaking cooperative relations*, com a contribuição de pesquisadores de diversas áreas. Em 1990, James Coleman concede espaço considerável para o tema da confiança em *Foundatíons of Social Theory*, **Neste** livro, o sociólogo americano trata das relações de confiança e dos sistemas de confiança localizando-os dentro de um arcabouço teórico francamente vinculado à Teoria da Escolha Racional. Seguindo a trilha das relações entre confiança e racionalidade, Russell Hardin insere-se no debate sobre confiança com três importantes *papers* - 'Trusting persons, trusting institutions' (1991), 'The street-level of epistemology of trust' (1993) e 'Distrust' (1997) -, que serão seguidos por um relevante livro: *Trust and trustworthiness* (2002). Da mesma época dos artigos de Hardin **é** a abordagem proposta por Anthony Giddens, que coloca o problema da confiança no centro de sua obra sobre a modernidade tardia, especialmente nos livros *The consequences of modemíty* (1990) e *Moderníty and selfidentíty* (1991). A

maneira Como Giddens trabalha o tema indica uma perspectiva claramente neo-luhmanniana. Em 1995, Francis Fukuyama publica *Trust*, livro onde associa o sucesso económico de Japão, China e países do Sudeste asiático com a presença da confiança como traço fundamental daquelas sociedades. Fora do mundo académico anglo-saxão e também em 1995, o ex-ministro da Educação francês Alain Peyrefitte lança *La société de confiance*, livro onde propõe uma abordagem etológica da confiança, identificando alguns fatores cruciais para o "desenvolvimento das nações", entre os quais o *ethos* da confiança, que favoreceria a iniciativa individual, o gosto pela inovação e a capacidade de arriscar. Em 1997, Adam Seigman, em *The problem O/trust*, defende a ideia de que a confiança é um fenómeno de natureza essencialmente moderna e diretamente relacionada à divisão do trabalho, diferenciação e pluralização de papéis e à conseqüente indeterminação e possibilidade de negociação de expectativas de papéis.

É dentro do panorama brevemente traçado acima que podemos localizar *Trust and society*, livro-coletânea organizado por Karen Cook e segundo volume da série produzida pela prestigiosa *Russel Sage Foundation* sobre confiança. A obra em questão nos oferece uma visão abrangente da produção teórica recente sobre o tema, que efetivamente observou uma retomada de interesse no final dos anos 1990. O livro está dividido em três partes: 'Concepções de confiança', 'Os fundamentos sociais e as conseqüências sociais da confiança' e 'A confiança nas redes e suas bases organizacionais e institucionais'.

Na primeira parte, três capítulos em tomo de um debate eminentemente teórico. O de Russell Hardin articula o conceito de *confiança* com o de *interesse*, entendendo confiança como "interesse encapsulado". Nesta perspectiva, A confia em B em relação a algo (X) quando crê que B tem alguma razão para agir no sentido de garantir os melhores interesses de A ou mesmo de levar os interesses de A em conta porque deseja manter uma boa **relação** com A. O segundo capítulo, de Carol Heimer, tem como elemento central o postulado de que o problema da confiança só se apresenta quando, na interação levada a cabo por dois atores, dois fatores se fazem presentes: a vulnerabilidade de pelo menos uma parte e a incerteza. O problema da confiança vivido pelo ator social é selecionar estratégias que reduzam a incerteza ou diminuam a vulnerabilidade. O capítulo terceiro, de David Messick e Rodderick Kramer, defende a posição de que a confiança é o resultado de decisões

comumente baseadas na honestidade presumida e na percepção de moralidade dos atores uns em relação aos outros. Confiança é vista então como um tipo de *moralidade superficial* - ou, nos termos de Messick e Kramer, é igual a um conjunto de regras éticas ordinárias - não relacionada aos interesses de um ou de outro ator. Assim, os atos de confiar são decisões em situações de interdependência em que o potencial de custos **envolvido** na interação depende das ações das outras pessoas.

A segunda parte do livro conta com cinco capítulos. No primeiro deles, Toshio Yamaguchi afirma que a confiança está baseada em uma propriedade social que permite aos indivíduos avaliar o grau de risco com o qual eles se deparam quando estão situados em interações com indivíduos sobre os quais têm poucas informações, mas cujos resultados da interação podem lhes ser benéficos. Tal propriedade é nomeada por Yamaguchi como "inteligência social". Segundo o autor, ao contrário do que se supõe, na interação social, indivíduos que confiam em alto grau (*high trusters*) são capazes de detectar sinais de risco mais propriamente do que indivíduos que confiam em menor grau (*low trusters*).

Michel Bacharach e Diego Gambetta defendem a idéia, no segundo capítulo desta parte, de que o problema central da confiança está relacionado à possibilidade (ou não) de acreditar nos sinais de confiabilidade com os quais nós estamos confrontados anteriormente à nossa decisão de confiar. Usando recursos da Teoria dos Jogos estes dois autores defendem a idéia de que a análise dos sinais e das formas de imitação auxiliam a compreensão das condições sob as quais a confiança pode ser justificada. Esta perspectiva, associada a tais recursos analíticos, deslocam o foco da análise da confiança do problema "Posso confiar que Fulano fará X?" para "Devo ou não acreditar nos sinais de confiabilidade emitidos por Fulano?"

O terceiro capítulo da segunda parte, de Jean Ensminger, debruça-se sobre a utilização de parentesco fictício ou pseudoparentesco como forma de produção de confiança social em sociedades da África Oriental (sociedades pastoris do Quênia próximas à Somália). O problema em questão é como reduzir os custos da ação em relação à transmissão de terras quando não está envolvido o parentesco como vínculo. A solução para tal problema é a "adoção" ou criação de um vínculo de parentesco fictício que desloque os níveis de confiança um degrau acima e, portanto, minimize os custos da ação.

O capítulo quarto, de Dietlind Stolle, debruça-se sobre as supostas relações entre o envolvimento em associações sociais e o desenvolvimento de confiança generalizada na sociedade (participação eleitoral e comunitária). A autora testa, para Estocolmo, Berlim e Filadélfia, os já conhecidos argumentos de Putnam a respeito das relações entre nível de envolvimento associativo, capital social e confiança. Os resultados alcançados por Stolle não confirmam para a Suécia a associação positiva observada em algum grau nos Estados Unidos e na Alemanha.

O capítulo final desta **parte**, de Gerry Mackie, defende provocativamente a **idéia** de que diferentes padrões de confiança em diferentes sociedades (sociedades do Nordeste da Europa com altos níveis de confiança e sociedades do Sudeste da Europa com baixos níveis de confiança), no nível macro, são derivados de diferentes padrões de relações familiares.

A terceira **parte** do **livro** dedica-se ao entendimento do papel **específico** da confiança em amplos e diferentes contextos sociais. O primeiro dos cinco capítulos, de Tom Tyler, volta-se para o papel da confiança nas autoridades e a sua relação com a obediência voluntária tanto às autoridades quanto às regras sociais. Os dois capítulos que se seguem examinam a confiança em contextos organizacionais. Em um deles, Gary Miller acentua a importância da confiança no interior das organizações como fonte de incentivo à produtividade e cooperação. Neste artigo, Miller desafia as concepções que afirmam a possibilidade de substituição da confiança pelo auto-interesse racional ou mesmo que a confiança possa ser reduzida a um conjunto de expectativas racionais. No outro, Robert Gibbons utiliza a repetição de jogos como estratégia de análise para discutir as relações contratuais dentro e entre empresas, dando especial atenção ao papel desempenhado pelas instituições de regulação e controle no campo da economia política, na trilha de autores como Douglas North.

O penúltimo capítulo, de Jack Night, investiga a efetividade das normas sociais e o papel da lei como mecanismos de construção da confiança em sociedades altamente diferenciadas socialmente, com elevadas taxas de imigração. Night dedica-se a investigar como as normas sociais produzem expectativas generalizadas de comportamento em sociedades com alta diferenciação social e as dificuldades de obtenção de consensos em tais sociedades. A diferenciação entre confiança e cooperação proposta pelo autor **será** fundamental para entender que, na

ausência de consenso, o papel do Estado na garantia da cooperação (e da ordem) será fundamental. O capítulo final do livro, de Victor Nee e Jimmy Sanders, examina como imigrantes chineses, filipinos e coreanos na Califórnia utilizam-se das relações de confiança baseadas inicialmente em laços de parentesco ou étnicos para constituírem um conjunto de recursos multidimensionais que facilitem sua assimilação.

Karen Cook, através de *Trust in society*, atualiza, para o século XXI, o balanço proposto por Diego Gambetta no final dos anos 1980 sobre a questão da confiança nas sociedades modernas. Neste sentido, o livro é obrigatório para quem se interessa por dois problemas sociológicos da maior relevância: as condições de produção da ordem social e da democracia no mundo contemporâneo.

Referências

- BANFIELD, E. 1958. *The moral basis of society*. New York: Free Press.
- BARBER, B. 1983. *The Logic and Limits of Trust*, New Brunswick: Rutgers University Press.
- COLEMAN, J. C. 1990. *Foundations of Sociological Theory*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- EISENSTADT, S. N.; RONIGER, L. 1984. *Patrons, clients and friends*, Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- FUKUYAMA, F. 1995. *Trust: the social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free Press.
- GAMBETTA, D. (Ed.). 1988. *Trust: making and breaking cooperative relations*. Oxford, UK: Basil Blackwell.
- GIDDENS, A. 1990. *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press.
- _____. 1991. *Modernity and self-identity*. Stanford: Stanford University Press.
- HARDIN, R. 1991. Trusting persons, trusting institutions. In: ZECKHAUSER, R. J. (Ed.). *Strategy and choice*. Cambridge, Mass.: MIT Press. p. 185-209.

RATTON JR., José Luiz e MORAIS, Jorge Ventura de

_____. **1993.** The street-level of epistemology of trust. In: *Politics and Society*, v. 21, n. 4, p, 505-529.

_____. **2002.** *Trust and trustworthiness*, New York: Russell Sage Foundation, **2002.**

LUHMANN, N. 1979. *Trust and power*. New York: John Wiley.

PEYREFITTE, A. **1995,** *La société de confiance*. Paris: Odile Jacob.

PUTNAM, R. D. **1995.** *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.

SELIGMAN, A. 1997. *The problem of trust*. Princeton: Princeton University Press.

SZTOMPKA, P. **1999.** *Trust: a sociological theory*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.